



ATA DE JULGAMENTO

ATA REFERENTE A CHAMADA PÚBLICA 18 DE 2025 – PROCESSO Nº 215/2025, em conformidade com a Lei n°. 11.947/2009 e todas suas alterações posteriores, assim como resoluções que versam sobre o tema; tem por finalidade a aquisição de produtos diretos da Agricultura Familiar.

No dia vinte e quatro de outubro de 2025 reuniram na sala de licitação da Prefeitura Municipal de Mateus Leme / MG os representantes legais das cooperativas interessadas no processo de vendas: Marco Túlio Rodrigues Ribeiro (Cooperativa dos Agricultores Familiares Raízes); Henrique Alves Saraiva (Cooperativa Metropolitana de Agricultura Familiares - COMALE) e Luciane Cândida Pereira (Cooperativa Terra Mineira); assim como a Comissão designada pela portaria 400 de 11 de junho de 2025, sendo composta por: Srª Simone Cristina Pasqui, matrícula 00397- presidente, Srª Grazielle Duarte Rocha, matrícula 8740- membro, Sr. Flávio Diniz Prado, matrícula 9302, membro, Srª Kely Ferreira de Paiva. matrícula 7829 – membro, Srª Nêidia Aparecida Marques Morato, matrícula 31784788 - membro.

Considerando que a atual gestão pauta-se sempre pelo cumprimento da Lei e resguardando do bem público acima de tudo, esta Comissão Julgadora, quando da análise das propostas apresentado analisará o fiel cumprimento da legislação vigente acima de qualquer outro critério, sendo que todo o processo está sendo filmado.

Abrindo os trabalhos, Simone deu boas -vindas a todos e iniciou a sessão solicitando os documentos pessoais de todos os representantes das cooperativas participantes.

Em seguida, os envelopes contendo a documentação e o projeto de venda foram rubricados por todos os presentes. Procedeu-se a abertura dos envelopes contendo documentos necessários para habilitação descritos no edital.

O conteúdo dos envelopes foi conferido e foi observado através do Extrato para Empreendimento Familiar Rural e Formas Associativas da Agricultura Familiar que a ordem de classificação seria a seguinte: Cooperativa Terra Mineira com 98,15 % de CAF ativo (sendo fornecedor local), Cooperativa Metropolitana de Agricultores Familiares com 78,13% de CAF ativo (fornecedor local) e Cooperativa dos Agricultores Familiares Raízes de Minas 75,86% de CAF ativo (fornecedor regional).

Nenhuma das cooperativas se enquadra nos grupos prioritários citados na legislação vigente.

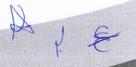
Durante a habilitação foi verificado que a Cooperativa Raízes não apresentou atestado de capacidade técnica, necessário para venda de iogurte e muçarela, sendo inabilitado para a venda desses itens.

Nessa fase também, foi observado que a Cooperativa Terra Mineira apresentou apenas Alvará de Localização, o edital pede Alvará Sanitário. A representante legal desta cooperativa afirmou que os alvarás de localização e sanitário seriam um único documento, sendo acatada tal informação. O projeto de venda desta mesma

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

RUA PEREIRA GUIMARÃES, 08, CENTRO, MATEUS LEME – CEP 35.670-000 (31) 3537.5800 – licitacao@mateusleme.mg.gov.br











cooperativa estava em desacordo com a quantidade de membros com CAF inscrito. Eles possuem 53 membros com CAF inscrito, poderiam apresentar uma proposta no valor máximo de R\$2.120.000,00 (sendo permitida a venda de R\$40.000,00 por membro), porém apresentou uma proposta R\$ 3.759.999,50 alegando que a proposta foi elaborada de acordo com os cooperados cadastrados recentemente, os mesmos se encontram na ata de aprovação da diretoria, presente no processo.

A COMALE apresentou toda documentação solicitada.

Houve pausa de uma hora e trinta minutos de almoço.

Durante a pausa do almoço, foi feito diligência com a Prefeitura Municipal de Igarapé. responsável pela emissão do Alvará Sanitário da sede da cooperativa, a funcionária Taiane informou que são dois documentos distintos, com essa nova informação, a comissão optou por inabilitar a Cooperativa Terra Mineira por falta do Alvará Sanitário, iunto à documentação. A representante Luciane Cândida levantou o questionamento sobre o termo Alvará sanitário, porém a mesma não apresentou nenhum documento semelhante, nem seguer a dispensa do Alvará Sanitário sendo assim a comissão julgadora entendeu que o documento era requisito básico para habilitação e manteve a inabilitação da cooperativa.

O representante da cooperativa raízes não foi habilitado para vencer nenhum produto por não ser local. O mesmo se retirou da sala antes do final do processo de chamada píblica.

Sem nada mais, a sessão foi encerrada e lavrada a presente Ata lida, aprovada e assinada pelos membros:

Luciane Cândida Pereira.

Henrique Alves Saraiva. Serrique Ahus Saraivo

Flavio

Marco Túlio Rodrigues.

Simone Cristina Pasqui.

Grazielle Duarte Rocha.

Flávio Diniz Prado.

Kely Ferreira de Paiva. Lely Ferreira de

Nêidia Aparecida Marques Morato. Neidia

Mateus Leme, 24 de outubro de 2025.